



Resposta 03/12/2018 13:05:14

No que tange à solicitação de contratos ou licenciamentos prévios entre o licitante participante do certame e seu fornecedor, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é uníssona no sentido de vedar tal prática nos editais de licitação, uma vez que, caracteriza compromisso de terceiro alheio à disputa, o que compromete a competitividade do certame. A documentação passível de ser exigida dos participantes, no momento da licitação, relativamente a sua habilitação para a prestação do serviço a ser contratado, encontra-se listada nos artigos 27 à 31 da Lei nº 8.666, de 1993. Quanto à habilitação técnica, trata-se de rol exaustivo, sendo vedada à administração a inserção, no edital da licitação, de exigências não previstas na lei. O Tribunal de Contas da União já se posicionou no sentido de não ser compatível com os artigos 3º, § 1º, inciso I, e 30 da Lei 8.666, de 1993 solicitar em editais que a licitante seja credenciada, autorizada, eleita, designada, ou outro instituto similar, pelo fabricante, para fornecer, instalar, dar suporte e configurar determinados equipamentos que serão objeto da licitação, tendo em vista tratar-se de condição que restringe indevida e desnecessariamente o caráter competitivo do certame (Acórdão nº 4.300/2009 – 2ª. Câmara). Também carece de amparo legal a exigência de declaração de compromisso de solidariedade do fabricante do produto como condição para habilitação (Acórdão nº 1.879/2011 – TCU Plenário), assim como exigir no edital que as empresas licitantes apresentem declaração, emitida pelo fabricante do bem ou serviço licitado, de que possuem plenas condições técnicas para executar os serviços, (Acórdão nº 1.979/2009 – Plenário) ou está credenciada para fornecer o produto (Acórdão n.º 847/2012 - Plenário). Por fim, verifica-se que a Instrução Normativa da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017, veda expressamente a exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro, vide Anexo VII-D – DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, item 2.1 “d”: ANEXO VII-B DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO (...) 2. Das vedações: 2.1. É vedado à Administração fixar nos atos convocatórios: (...) d) exigência de qualquer documento que configure compromisso de terceiro alheio à disputa; Diante do exposto, considerando que a exigência de prévio licenciamento dos licitantes junto à Empresa Folha da Manhã S/A para a realização de clipping configura compromisso de terceiro, não verificamos amparo legal para sua exigência, razão pela qual, esta unidade mantém o Termo de Referência em seu inteiro teor.

Fechar